



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B2
Data: 04/01/2013

ZOONOSES

Advogado faz denúncias de atividades ilegais

“Todos os métodos de exame para identificar se o animal está com calazar, sem exceção, são falhos”. A afirmação é do advogado Marcelo Almeida, representante das Associações Protetoras dos Animais em Sergipe. O advogado faz inúmeras denúncias contra o Centro de Controle de Zoonoses de Aracaju. Segundo ele, os cães estão sendo sacrificados sem que haja uma confirmação precisa da doença. Essa não é a primeira vez que o CCZ é alvo de denúncias, em 2011 entidades foram ao Ministério Público Estadual.

De acordo com informações do Centro de Controle de Zoonose (CCZ), em Aracaju, 542 casos da doença foram identificados somente em 2012. Mais de 400 cães foram sacrificados por terem adquirido a doença. Cerca de 21 pessoas foram infectadas, e duas morreram.

Segundo o advogado, os cães estão sendo recolhidos para exames, mas os procedimentos são feitos e os cães não estariam sendo liberados para que os donos cuidem até que os resultados dos exames, que levam cerca de 25 dias para ficar prontos, comprovem a doença. “Temos como exemplo o caso de uma cliente, que teve um cão removido sem sua autorização. Eles afirmaram que o animal estava com leishmaniose, o que não foi comprovado. Pedimos então uma contraprova do resultado, mas isso nos foi negado. O cão teve que ficar no Centro até que o resultado saísse, correndo o risco de adquirir a doença de outros animais”, conta.

O advogado denuncia, ainda, que há interesse financeiro por parte do Centro em sacrificar os animais, e que falta anestesia para esse procedimento nos cães. “Para cada animal abatido existe um verba repassada para a Prefeitura. Portanto, há um interesse por parte do órgão em receber a verba. Além disso, recebi a denúncia de que está faltando anestésico no Centro. Queremos saber como eles estão fazendo para sacrificar os animais”, denuncia.

Por conta das supostas irregularidades encontradas pelas associações dos animais, o advogado garante que entrará com uma ação judicial contra o coordenador do Centro de Zoonose, que estaria cometendo atos arbitrários. “Estamos providenciado ingressar com uma ação judicial contra o coordenador porque ele cometeu um ato arbitrário”, afirma.

CCZ

O coordenador do Centro de Zoonose, Paulo Thiago dos Santos, nega que houve qualquer arbitrariedade por parte dele. Ele explica que o Centro realiza os exames como manda o Ministério da Saúde. Ele esclarece que a eutanásia de cães e gatos não é feita antes do período de quarentena ou sem a realização de exame médico-veterinário para determinar se o animal possui doença incurável ou terminal.

(Fonte: Portal Infonet)